

Senhores Acionistas,  
Em observância às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores os documentos pertinentes ao exercício findo em 31/12/2017.

### Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.609	812
Estoques	6	1.281	1.927
Impostos a recuperar		1	290
Outros créditos		28	13
		<b>2.919</b>	<b>3.042</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	7	1.359	1.783
Intangível		14	14
		<b>1.373</b>	<b>1.797</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.292</b>	<b>4.839</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		163	876
Obrigações sociais		354	291
Obrigações tributárias	8	117	48
Partes relacionadas	9	136	400
Outras Obrigações	10	1	-
		<b>771</b>	<b>1.615</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	11	1.300	1.300
Reserva legal		215	186
Reserva de lucros		2.006	1.738
		<b>3.521</b>	<b>3.224</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.292</b>	<b>4.839</b>

### Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2017	2016
<b>Receita Líquida</b>	<b>12</b>	<b>11.002</b>	<b>8.471</b>
Custos dos Serviços Prestados	13.1	(7.129)	(6.652)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>3.873</b>	<b>1.819</b>
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	13.2	(3.130)	(1.488)
Outras Receitas/(Despesas)		3	(37)
<b>Resultado operacional líquido</b>		<b>746</b>	<b>294</b>
Despesas Financeiras		(30)	(6)
Receitas Financeiras		109	380
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>14</b>	<b>79</b>	<b>374</b>
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>825</b>	<b>668</b>
Provisão para Imposto de Renda	9	(178)	(143)
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9	(74)	(60)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>573</b>	<b>465</b>
<b>Lucro por ações (lote de 1.000)</b>		<b>0,44</b>	<b>0,36</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.300</b>	<b>163</b>	<b>3.096</b>	<b>-</b>	<b>4.559</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	465	465
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	23	-	(23)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(1.690)	(110)	(1.800)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	332	(332)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.300</b>	<b>186</b>	<b>1.738</b>	<b>-</b>	<b>3.224</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	573	573
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	29	-	(29)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(140)	(136)	(276)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	408	(408)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.300</b>	<b>215</b>	<b>2.006</b>	<b>-</b>	<b>3.521</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração do valor adicionado dos períodos findos em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Receitas</b>	<b>12.721</b>	<b>9.893</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.661	9.881
Outras receitas	60	12
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>5.994</b>	<b>5.657</b>
Materiais aplicados na prestação de serviço	2.707	847
Custos dos serviços prestados	1.245	3.752
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.042	1.057
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>6.727</b>	<b>4.236</b>
Depreciação e Amortização	412	317
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>6.315</b>	<b>3.919</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>109</b>	<b>380</b>
Receitas financeiras	109	380
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>6.424</b>	<b>4.299</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>6.424</b>	<b>4.299</b>
<b>Pessoal</b>	<b>3.162</b>	<b>2.052</b>
Remuneração direta	2.401	1.696
Benefícios	578	226
F.G.T.S.	183	131
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.659</b>	<b>1.779</b>
Federais	2.097	1.271
Estaduais	10	14
Municipais	552	494
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>30</b>	<b>2</b>
Juros	30	2
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>573</b>	<b>465</b>
Lucros retidos	573	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>573</b>	<b>465</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>573</b>	<b>465</b>
<b>Lucro por ações (Lote de 1.000 ações)</b>	<b>0,44</b>	<b>0,36</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Atividade operacional</b>		
Lucro líquido do exercício	573	465
Depreciação e amortização	446	325
Baixas do ativo imobilizado	8	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>1.027</b>	<b>790</b>
<b>Variação em:</b>		
Clientes	-	1.709
Estoques	646	(1.762)
Impostos a recuperar	289	(269)
Outros créditos	(15)	-
Depósitos Judiciais	-	892
Fornecedores	(713)	758
Obrigações sociais	63	96
Obrigações tributárias	69	(1.502)
Outras obrigações	1	542
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.367</b>	<b>1.254</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisições no Imobilizado	(30)	(2.107)
<b>Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento</b>	<b>(30)</b>	<b>(2.107)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(540)	(1.800)
<b>Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento</b>	<b>(540)</b>	<b>(1.800)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>797</b>	<b>(2.653)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	812	3.465
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.609	812
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	797	(2.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
A Sercomtel Iluminação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, tendo como objeto social:  
a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental;  
b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;  
c) montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas (inclusive semáforos), rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;  
d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se de tecnologias de informação e telecomunicações;  
e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;  
f) prover operação e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;  
g) participar de SPE - Sociedade de Propósito Específico;  
h) participar de sociedade, empresas, consórcio e afins correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional.  
A Companhia atua de forma integrada (compartilhada) com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.  
Em meados de 2014, considerando estudos financeiros, premissas operacionais, fundamentações jurídicas e o saneamento da Lei Municipal nº 12.194, de 07.11.2014, foi delegado à Sercomtel Iluminação S.A. os serviços de manutenção, expansão e implementação da iluminação pública, viária e ornamental, da cidade de Londrina. Conforme previsto na referida lei e contrato de delegação para prestação dos serviços de manutenção, expansão, melhoria e operação do sistema de iluminação pública viária e ornamental da cidade de Londrina, firmado entre a Sercomtel Iluminação S.A. e a Prefeitura Municipal de Londrina, o pagamento ocorrerá por meio de Contraprestação Mensal Efetiva (CME) e o prazo de delegação previsto na Lei Municipal nº 12.194, de 07.11.2014 do serviço será de 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, mediante autorização legislativa. Porém o contrato firmado entre a partes em tem vigência de 60 meses a contar 1º de julho de 2015.
- Base de preparação**  
a) **Declaração de conformidade**  
As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.  
A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de janeiro de 2018.  
b) **Base de mensuração**  
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.  
c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Sociedade.  
d) **Uso de estimativas e julgamentos**  
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.  
As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
• **Nota 6** - Estoques (provisão para perda de estoques);  
• **Nota 7** - Imobilizado (vida útil e valor residual); e  
• **Nota 15** - Instrumentos financeiros.
- Determinação do valor justo**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.  
i) **Passivos financeiros não derivativos**  
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.  
ii) **Políticas contábeis**  
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.  
4.1. **Conversão de moeda estrangeira**  
a) **Transações e saldos em moeda estrangeira**  
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Sociedade, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.  
b) **Operações no exterior**  
As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.  
4.2. **Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.  
4.3. **Instrumentos financeiros**  
a) **Ativos financeiros não derivativos**  
A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.  
A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.  
A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.  
b) **Passivos financeiros não derivativos**  
A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo

financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.  
A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.  
A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar.  
4.4. **Estoques**  
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.  
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a venda.  
4.5. **Imobilizado**  
a) **Reconhecimento e mensuração**  
Itens imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.  
b) **Custos subsequentes**  
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.  
c) **Depreciação**  
A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.  
As vidas úteis estão mencionadas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos

- Capital social**  
Ações ordinárias  
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos contratuais.  
4.7. **Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias.  
4.8. **Provisões**  
Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e nos riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.  
4.9. **Imposto de renda e contribuição social**  
Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.  
4.10. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. E a Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.  
a) **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**  
A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments, Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.  
A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.  
b) **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**  
A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços.  
A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.  
5. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa e contas bancárias	5	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.604	809
<b>Total</b>	<b>1.609</b>	<b>812</b>

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário - CDB, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas à taxa de 99% do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.  
6. **Estoques**  
Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 1.281 e R\$ 1.927, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.  
7. **Imobilizado**

Taxa anual de depreciação (%)	2017		2016	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido

	2017	2016
Máquinas e equipamentos	10	27
Equipamentos de informática	20	165
Equipamentos eletrônicos	20	20
Veículos	20	1.825
Móveis e utensílios	10	43
Ferramentas e acessórios	20	52
<b>Total</b>	<b>2.132</b>	<b>(773)</b>

- Garantias**  
Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.  
a) Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)  
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.  
b) **Movimentação do imobilizado**

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2017
Máquinas e equipamentos	15	2	-	8	(2)	23
Equipamentos de informática	116	13	(2)	27	(94)	122
Equipamentos eletrônicos	46	1	(8)	(2)	-	37
Veículos	1.519	-	-	-	(404)	1.115
Móveis e utensílios	47	12	-	(18)	(9)	38



**14. Resultado financeiro**

	2017	2016
Juros, multas e descontos pagos	(18)	(3)
Despesas bancárias e IOF	(12)	(3)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(30)</b>	<b>(6)</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	68	277
Multa contratual	24	103
Juros ativos e descontos recebidos	17	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>109</b>	<b>380</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>79</b>	<b>374</b>

**15. Instrumentos financeiros**

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.609	812
Outros créditos	17	1
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	(163)	(876)
Partes relacionadas	(136)	(400)
Outras obrigações	(1)	-
<b>Total</b>	<b>1.326</b>	<b>(463)</b>

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

**Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta-corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

**Contas a receber de clientes/fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

**Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar:** Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

**Créditos com acionistas controladores e coligados:** Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

**Empréstimos e financiamentos:** Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

**Gerenciamento de risco financeiro**

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

**Risco de mercado**

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

**16. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo indenização - R\$ Mil
<b>Riscos cobertos</b>	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	10.000
Veículos	1.610
Seguro de vida em grupo	2.403
<b>Total</b>	<b>14.013</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Hans Jürgen Müller**  
Presidente

**Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun**  
Membro

**Rosângela Miqueletti Martins de Oliveira**  
Membro

**Flávio Luiz Borsato**  
Membro

**Nilso Paulo da Silva**  
Membro

**CONSELHO FISCAL**

**Celso Pozatto**  
**José Carlos de Godoy**

**DIRETORIA**

**Hans Jürgen Müller**  
Diretor Presidente

**Cláudio Espiga**  
Diretor de Operações

**Wanley Xavier Junior**  
Contador – CRC PR 059.324/O-3

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luís Carlos Berini, 105 –  
Edifício Berrini One - 12º andar – Parque das Monções  
São Paulo | SP | Brasil  
T +55 11 3886-5100  
www.granthornton.com.br

Aos:

Administradores e Acionistas da  
Sercomtel Iluminação S.A.  
Londrina – PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Sercomtel Iluminação S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sercomtel Iluminação S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

**Ênfase****Concentração de clientes e receita**

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis que indicam que na data do balanço em 31 de dezembro de 2017, que conforme previsto no contrato de delegação para prestação dos serviços de manutenção, expansão, melhoria e operação do sistema de iluminação pública viária e ornamental da cidade de Londrina, as atividades da Companhia estão integralmente concentradas para atendimento ao município de Londrina, no qual é determinado a dependência financeira e operacional da respectiva quanto ao cumprimento do contrato por parte da Prefeitura Municipal de Londrina.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de janeiro de 2017, e não conteve nenhuma modificação.

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevante existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Obtemos a compreensão da estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 18 de janeiro de 2018.

**Marcello Palamartchuk**  
CRC 1PR-049038/O-9

**Josnel F. Dagort**  
CT CRC 1PR -054.116/O-8

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**  
CRC 2SP 034.766/O-0

